

## ACTA NÚMERO OITO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aos vinte e seis dias do mês de Abril, pelas dez horas, reuniu o plenário da Assembleia Municipal, tendo como Ordem de Trabalhos os seguintes pontos:

I – Período Antes da Ordem do Dia

II – Ordem do Dia:

- 1- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município e Situação Financeira do mesmo, a que se refere a alínea e), do nº 1, do artigo 53º e nº 4, do artigo 68º da Lei nº 169/99 de 18/09, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11/1;
- 2- Discussão e Votação do Projecto de Regulamento das Exposições Temáticas Temporárias;
- 3- Discussão e Votação do Projecto de Regulamento de Visitas Guiadas;
- 4- Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2010;
- 5 – Discussão e Votação da Modificação às Grandes Opções do Plano – GOP (PPI e AMR) e Orçamento de 2011 – 2ª Revisão;

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 19º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Dada a ausência das duas secretárias da Mesa da Assembleia, foi solicitado um voluntário, mas como ninguém se disponibilizou, o senhor Presidente da Mesa pediu ao senhor Presidente do Executivo a cedência de duas funcionárias para exercerem essa função.

Deu-se início à sessão com a verificação das presenças, tendo-se anotado as ausências dos senhores: António Júlio Gomes Patrício, Maria da Conceição de Jesus Batista Vilhena de Carvalho, Maria Margarida R.M.O.S. Rodrigues, Ângela Patrícia C. de Carvalho Fernandes, Arnaldo Monteiro da Silva Araújo, Maria da Nazaré Carrapatoso Paiva Ribeiro, José Monteiro Vaz, António Miguel de Simões Bernardo, Paulo Alexandre Pereira Cardoso, Francisco dos Santos e Graciosa do Nascimento Catarino.

Passou-se à análise da Acta Número Sete que foi aprovada com uma abstenção, por ausência na sessão anterior.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disponibilizou as actas das reuniões do Executivo que tiveram lugar desde a última Assembleia e consultou-a sobre a inclusão, na Ordem do Dia dos pontos 6 - “ Casa da Música” e do ponto 7 - Projecto do Centro de Apoio Agro-Ambiental” , que foi aprovada por unanimidade.

Para o Período Antes da Ordem do Dia inscreveram-se os senhores Joana Celeste Dias Alexandre, Henrique Vilhena Pereira da Silva, António José Lourenço Correia Saraiva e os senhores Presidentes das Juntas de Vilar Formoso, de Vale de Coelha, de Castelo Bom, da Malhada Sorda e de Almeida.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso solicitou ao senhor Presidente do Executivo que lhe fosse facultada a verba referente ao protocolo assinado. A senhora D. Joana Alexandre sugeriu que a folha do boletim itinerário fosse entregue na respectiva Sessão da Assembleia; chamou a atenção para a Bandeira Nacional, desfraldada na fronteira, que está rasgada. No uso da palavra, o senhor Henrique Vilhena fez a seguinte intervenção: “Um responsável pelo 25 de Abril – Otelo Saraiva de Carvalho - afirmou, há dias, que “se soubesse o que sei hoje não o teria feito”. O que sabe ele do Portugal de hoje? O que temos realmente? Uma enorme crise de valores. Um País destruído. Um terrível buraco financeiro que a todos atinge, inclusive esta Câmara. É por esta razão que lhe peço, senhor Presidente, que pratique uma gestão racional, equilibrada, equitativa, diria mesmo algo “forreta” a fim de poder apresentar estatísticas económicas muito melhores do que as que foram divulgadas o ano passado. Assim sendo, talvez o Governo Central (principal empregador no Concelho), não extinga esta Câmara, pois se o fizer, a seguir desaparecerá o Tribunal, os Cartórios (Predial e Civil), as Finanças e o SAP e... porque não as EBS? Ficará um reduzido número de pessoas rodeadas por um amontoado de pedras (que actualmente já tão mal tratamos) e que dentro de poucas gerações se tornará em mais um “Forte de la Conception à Portuguesa”. Senhor Presidente, desculpe-me o desabafo, pois este é o meu grande e grave problema. Por último, todos desejamos que os turistas nos visitem, mas constatei que, na Sexta-Feira Santa, o Posto de Turismo esteve fechado todo o dia. Obrigada por me terem ouvido”

O senhor António José Lourenço Correia Saraiva, referindo-se ao tarifário da água, disse “que a câmara não cumpriu a lei e que a este propósito recebeu uma recomendação da ERSAAR, recomendação essa que a ERSAAR, diz que não cumpriu a lei e perguntou se a Câmara Municipal já tinha dado cumprimento a esta recomendação e perguntou se já procedeu à sua publicação”. O senhor Presidente da Junta de Vale de Coelha falou do problema da falta de placas de proibição para camiões superiores a quinze toneladas e afirmou que os Camiões não vêm recolher o leite aos fornecedores. O senhor Presidente da Junta de Castelo Bom disse que falta sinalética em Castelo Bom e na Aldeia de S. Sebastião e disse não compreender por que é que há Juntas que não pagam as facturas da PT, mas que ele paga. O senhor Presidente da Junta da Malhada queixou-se de que ainda não recebeu a primeira tranche dos protocolos e os empreiteiros querem o dinheiro. Perguntou, também se alguma Junta já recebeu o IRS. Finalmente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almeida perguntou se a câmara sabe alguma coisa sobre a reorganização dos CTT, já que Almeida ficou sem nenhum carteiro. Quis saber, também qual é o ponto da situação do diferendo entre a Câmara e as “Águas do Zêzere e Côa”.

O senhor Presidente do Executivo Camarário pediu a palavra para responder a todos os intervenientes. Assim, ao senhor Presidente da Junta de Vilar Formoso disse já ter recebido a primeira tranche e tem a segunda a ser analisada para receber. À senhora D. Joana Alexandre afirmou que a Câmara já substituiu a bandeira uma vez e que já fez novas diligências nesse

sentido, mas que não se quer substituir à entidade que é responsável por isso. Ao senhor doutor Henrique Vilhena afirmou que a honestidade é para ele um princípio sagrado. No que trata a decisão política, não perde uma só obra que seja financiada, nem que para isso seja necessário endividamento, o que não é previsível. Disse não estar a pensar endividar a Câmara e até ao fim do seu mandato, não lançará nenhuma obra não participada e acrescentou ter candidatado oito caminhos rurais, apesar de nenhum ter sido financiado. Assumiu não estranhar que algumas freguesias venham a ser extintas, mas em relação à defesa do Concelho, disse que estará sempre na linha da frente na luta pela sua manutenção, que sempre esteve e estará, seja qual for o governo. O senhor doutor Henrique pediu-lhe para retirar a palavra "honestidade" e que fosse substituída por "equidade" para todas as freguesias. Afirmou concordar que o Posto de Turismo não deve estar encerrado na Sexta-Feira Santa e que esta situação deve ser revista. Ao senhor António José Saraiva disse que o documento da ERSAAR veio na sequência de uma queixa de um senhor vereador; esclareceu que ele próprio e o mais interessado no total esclarecimento e por isso enviou um ofício à entidade reguladora das águas e resíduos e releu o documento. Na mesma data escreveu à senhora ministra do ambiente, mas ainda não recebeu qualquer resposta das duas entidades. Aconselhou-o a interpretar correctamente aquilo que lê. Ao senhor presidente da Junta de Vale de Coelha disse que há duas soluções: ou se mantêm as placas e as autoridades têm competência para actuar, ou retiram-se e sofrem-se as consequências com a degradação das estradas, já que não foram feitas para suportar tonelagens superiores às limitadas pela sinalização.

Ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Castelo Bom disse que a aquisição da sinalética está orçamentada na 2ª revisão. Quanto às facturas da PT relativas ao acerto de contas com a candidatura à modernização administrativa aconselhou o seu não pagamento. A câmara não paga um cêntimo enquanto o problema não estiver resolvido. Ao senhor Presidente da Junta da Malhada disse que está em condições de pagar a primeira tranche de imediato e as outras de acordo com a disponibilidade Financeira do Município. O valor do IRS será distribuído oportunamente, com adendas aos protocolos. Sobre os CTT, disse que não houve nenhuma negociação. Apenas foi comunicado à Câmara de que devido às novas tecnologias, houve uma quebra de serviço e por isso havia a possibilidade de serem fechados, mas que em Almeida iam mantê-los abertos. Acrescentou que, se tivesse aberto uma loja do cidadão, alguns serviços como Finanças, CTT ,etc , já teriam fechado. Sobre as Águas do Zêzere e Côa disse não haver novidades nas diligências e repetiu que todas as câmaras, excepto a de Oliveira do Hospital e Seia, moveram acções Judiciais conta a empresa para anularem os contratos. Disse estarem a devolver todas as facturas do saneamento, porque não é aceitável que o valor seja três vezes superior ao da água. Estas estão a ser pagas com regularidade e dentro dos prazos.

O senhor António José Saraiva disse que o Município quando actualizou o tarifário não cumpriu a lei, e gostava de saber se já tirou consequências dessa publicação ou se já fez alguma coisa?

Sobre as facturas da PT o senhor Presidente da Junta da Ade perguntou se se estão a referir ao processo de modernização administrativo ou se é outro assunto e disse que ele também

está a pagar. O senhor Presidente da Câmara repetiu que só deve devolver as facturas relativas ao Processo de Modernização Administrativa.

## II. ORDEM DO DIA

1. O senhor Presidente disse que a situação financeira do Município se mantém estável e que vai pagando o que se pode aos empreiteiros, porque desde Dezembro que não recebeu um cêntimo de qualquer programa comunitário. Admite que é impossível uma gestão com a situação financeira deste tipo se não fossem os empréstimos a que recorreu e a almofada financeira não seria possível manter o equilíbrio financeiro.

2. Sobre o “Projecto de Regulamentação de Exposições Temáticas Temporárias” e concretamente sobre o feriado de 6ª Feira Santa, disse que o assunto vai ser analisado e pensado com o executivo.

A senhora D. Maria Clarinda Moreira manifestou estranheza pela facto de termos um Posto de Turismo fechado na tarde de Quinta-Feira Santa e Sexta –Feira todo o dia. Sustentou que deveria adequar-se o horário, recorrendo a um sistema de rotatividade fazendo turnos e também às estações do ano, Verão/ Inverno, já que no Verão devia estar aberto até mais tarde, porque os visitantes vêm quando há menos calor.

O senhor doutor Henrique Vilhena, referindo o artigo 6º do regulamento, perguntou quem autoriza a exposição, quem a aprecia e sugeriu que fosse criada uma taxa, mesmo que de apenas um euro por visitante. Em resposta o senhor Vereador da Cultura, José Alberto Morgado, disse que já tem uma planificação de todas as exposições do ano e que têm sido sempre gratuitas.

A senhora D. Manuela Maria de Sousa Soares começou por corrigir a data do decreto-lei nº 491 que é de 15 de Novembro e não de 15 de Dezembro; considerou o documento bastante sucinto. Sugeriu que se complementasse com visitas guiadas, que se criassem duas tipologias de visitas: as guiadas com grupos inferiores a dez elementos e as espontâneas. Perguntou se há estudos sobre as horas de afluência dos visitantes para se criarem horários compatíveis com essa afluência. Sustenta que a duração e o preço das visitas devem estar contemplados e que se forem gratuitas pode remeter para a ideia de vulgaridade ( podem cheirar a vulgar). É pertinente a ideia da contratação de técnicos especializados em idiomas visto ser uma zona fronteira.

O senhor Vereador José Alberto Morgado esclareceu que as visitas guiadas serão feitas pelos técnicos Dra. Paula Sousa e Dr. Paulo Amorim, uma vez que são formados em História. As restantes são acompanhamento turístico para a população interagir. A generalidade das câmaras forma grupos superiores a dez visitantes. Relativamente aos circuitos temáticos está a ser elaborado, com a ajuda das Juntas de freguesia, um catálogo do concelho que tenha em conta a riqueza de cada freguesia; brevemente vai ser compilada toda a documentação para ser publicada.

Os pontos 2 e 3 e as respectivas minutas foram aprovados por unanimidade.

Ponto 4 Prestação de Contas de 2010.

O senhor Presidente da Câmara disse que a execução orçamental foi boa, já que ronda os 70% ( setenta por cento) e que a solvabilidade financeira também. Referiu-se aos custos brutais com a EDP, os transportes escolares, os problemas com o saneamento, que se recusou a pagar, o não funcionamento dos fundos comunitários. Admitiu que se não tivesse recorrido à

banca não teriam conseguido honrar os compromissos. Tem a receber cerca de um milhão e meio de euros dos diferentes programas comunitários.

O senhor Presidente da Mesa, Dr. José da Costa Reis, leu o parecer do Revisor Oficial de Contas dirigido à Assembleia Municipal e pôs o documento à discussão.

A senhora D. Maria Clarinda Martins Moreira pediu a palavra para manifestar o seu apreço pelo facto de ser enviada a informação em CD; a única desvantagem é saber se todos os membros da Assembleia tiveram possibilidade de o apreciar neste formato. Propôs que, de futuro, fosse impressa uma súmula e que houvesse uma chamada de atenção para os pormenores; que os documentos fossem acompanhados com gráficos que são de mais fácil “leitura” porque há uma melhor visualização do conjunto. Fez uma declaração de voto contra.

“ Há cerca de um ano, votei contra o Relatório de Contas de 2009 porque, tendo analisado minuciosamente as rubricas de receitas e despesas, encontrei em diversos casos a evidência do que parecera esbanjamento em publicidade nos diversos media, hotelaria, comidas e bebidas, fogo de artifício, edições em montantes muito elevados e sem retorno de produção de receitas ... em consonância com um ano de eleições mas em absoluto contraste com a magreza de dotações às freguesias e projectos de desenvolvimento mais sustentável para o concelho como um todo.

Neste relatório de contas de 2010, os meus reduzidos conhecimentos de contabilidade a um nível profundo não me permitem deduzir se existem ou não irregularidades, mas uma análise atenta, que qualquer cidadão pode fazer, permite no mínimo continuar a verificar a manutenção de um desequilíbrio entre receitas e despesas, certamente agravados por compromissos anteriormente assumidos que cada vez mais se reflectem nos passivos financeiros presentes, e ainda devido à manutenção de posturas políticas de não rigorosa contenção de custos. Continua a verificar-se neste Relatório de 2010 designações muito vagas, com os tempos difíceis que atravessamos.

Como membro de um grupo de trabalho político, como independente que sou, esforço-me por entender as perspectivas de uns e outros, aferindo depois as minhas próprias observações e convicções.

Sei que “ casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”. Por isso mesmo, é preciso que comece haver mais humildade de admitir e sobretudo corrigir erros passados que não se pode continuar a cometer. A imprecisão denuncia falta de rigor e controlo. E é este tipo de postura que temos de radicalmente eliminar das nossas vidas. Sobretudo a nível comunitário. Daí a razão do meu voto Contra”.

O senhor Presidente do Executivo esclareceu que a Câmara tem que obedecer a regras impostas pelo POCAL, mas registou a ideia dos gráficos e vai transmiti-la aos técnicos.

Posto a Votação o documento foi aprovado com dois votos contra e dez abstenções

Declaração de voto do senhor António José Lourenço Correia Saraiva : “ Voto contra na medida em que este documento respiga na política levada a efeito pelo Executivo Camarário – nesta medida e enquanto documento político;

Aliás, ainda hoje o Executivo Camarário veio reiterar qual o seu critério de actuação:

“ desde que as obras sejam participadas, vamos a todas” – portanto, a Câmara não faz obras porque estas sejam necessárias, essenciais ou imprescindíveis; mas automaticamente, porque são participadas;

Precisamente, porque o documento ora objecto de aprovação e revelador desta visão errada, sobre o devido respeito, politicamente errada, não posso deixar de votar contra “.

## Ponto 5. Grandes Opções do Plano

O senhor Presidente referiu a necessidade de reforçar algumas rubricas, nomeadamente a questão do PDM, da Iluminação Pública, da Empresa Municipal (transferência da renda do antigo balneário), caixilharias da câmara, instituições, catálogo do Museu, transportes escolares, gás, sinalética, Estrada da Malhada Sorda - Freineda E.M. 567, construção de vedações na estrada Malhada Sorda – Porto de Ovelha .

Posto a Votação o documento foi aprovado com 2 abstenções. Também o documento da 2ª Revisão ao Orçamento foi aprovado com 2 abstenções. Ambos foram aprovados em minuta por unanimidade.

Os pontos 6 e 7 Foram analisados em conjunto.

Foi dito que estas candidaturas estão em fase de análise no PRODER. O Centro Agro-Ambiental já está adjudicado e da Casa da Música de Almeida ainda não foi lançado o concurso. -----

Como a Câmara não podia candidatar-se a mais que uma obra, fizemos uma cedência por mais de 30 anos à Empresa Municipal; assim sendo, a candidatura à Casa da Música passará a ser da responsabilidade da Empresa Municipal.

Os pontos 6 e 7 e as respectivas minutas foram aprovadas por unanimidade. -----

III – Período de intervenção destinado ao público, nos termos do artigo 19º, do Regimento da Assembleia Municipal.

O senhor Amílcar José da Costa Abrantes pediu uma informação sobre as indemnizações das expropriações devidas pelas obras na estrada Miuzela - Porto de Ovelha e informou que tinha conhecimento de que alguns proprietários receberam verbas indevidamente. Para responder foi solicitada a presença da funcionária responsável, a qual informou que o senhor Amílcar Vicente, que recebeu a quantia indevida, já foi notificado para devolver o dinheiro. Disse também que apenas falta entrar em acordo com dois proprietários. Todos os restantes foram notificados e já apresentaram os documentos solicitados.

E, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos da lei.

O Presidente da Mesa

